

Bancos exigem que o País aceite monitoramento

WASHINGTON — O acordo temporário que o Governo brasileiro está negociando com os seus credores privados em Nova York, e que livraria o País da humilhação de ser oficialmente classificado como mau pagador pela comissão reguladora dos bancos americanos, tem um item explosivo — difícil de ser administrado pelo Palácio do Planalto. Trata-se do estabelecimento de um compromisso do Brasil em vir a submeter seu programa econômico ao monitoramento do Fundo Monetário Internacional. O acordo com o FMI poderia ser feito apenas no início do ano que vem, mas é preciso que se firme agora uma promessa disso.

Só assim os banqueiros concorda-

riam em dar ao País um crédito equivalente a dois terços (ou US\$ 2,8 milhões) dos juros devidos este ano. Esse dinheiro seria somado a US\$ 1,5 bilhão, que o País desembolsaria para liquidar essa dívida. E, a partir de então, seria iniciada a negociação do refinanciamento da dívida referente a 1988 e 1989.

Como o Brasil tem repetido que seria impossível um acordo com o Fundo agora, por motivos políticos, os arquitetos do programa teriam concordado em dar um prazo maior à administração Sarney para convencer a opinião pública de que o monitoramento do FMI é fundamental para o sucesso das negociações.

Um alto funcionário do FMI co-

mentou a O GLOBO, ontem à tarde, que o acordo com os banqueiros está na dependência do Brasil:

— O problema obviamente é de **timing**, e esse fator é importante na discussão com os bancos. É preciso se acertar como e quando vai se fazer o acordo com o FMI, e isso depende do Brasil. É necessário deixar claro, agora, como vai se estruturar essa outra negociação. Quanto ao Fundo, por enquanto somos apenas espectadores — disse o funcionário.

Segundo ele, é inevitável a passagem pelo Fundo, mesmo porque o Brasil terá de refinarçar o que deve ao Clube de Paris — que não negociará antes de um acordo do País com o FMI.